



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004609-67.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Multas e demais Sanções**  
 Requerente: **VALÉRIO RIBEIRO DOURADO**  
 Requerido: **Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória com pedido de tutela de evidência ajuizada por **VALÉRIO RIBEIRO DOURADO** contra o **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO-DER**, afirmando que, em 20/09/2015, foi autuado pela infração tipificada no artigo 165, do Código de Trânsito Brasileiro, por supostamente dirigir seu veículo sob influencia de álcool, gerando, assim, o AIT nº 1H315906-2. Alega que, no momento da autuação, não havia ingerido bebida alcoólica, porém, mesmo diante da constatação de nível abaixo do permitido em lei, o agente de trânsito lavrou o auto de infração. Afirma que deixou de recorrer da infração por imaginar que qualquer concentração de álcool seria suficiente para a elaboração do AIT. Sustenta que seria nulo o auto de infração, porque não respeitou o art. 4º da Resolução 432 do Conselho Nacional de Trânsito, uma vez que não descontou a margem de tolerância prevista. Afirmou, por fim, que o índice encontrado na leitura do etilômetro está abaixo do limite indicado no art. 6º, inciso II da mencionada Resolução. Juntou documentos.

Foi deferida a tutela provisória de urgência (fls. 15/17).

O requerido apresentou contestação (fls. 25/28) e os documentos de fls. 29/50.

**É o relatório.**

**Passo a fundamentar e decidir.**

Passa-se ao julgamento imediato desta ação – nos termos do artigo 335, inciso I, do Código de Processo Civil –, em razão de sua própria natureza voltada à análise de questões jurídicas que dispensam a dilação probatória.

**1004609-67.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O pedido merece acolhimento.

O Decreto nº 6.488/208 estabeleceu que a margem de tolerância será de um décimo de miligrama por litro de ar expelido dos pulmões, **enquanto não editada resolução do CONTRAN:**

Art. 1º Qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades administrativas do artigo 165 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 197 -Código de Trânsito Brasileiro, por dirigir sob a influência de álcool.

§ 1º As margens de tolerância de álcool no sangue para casos específicos serão definidas em resolução do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, nos termos de proposta formulada pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 2º Enquanto não editado o ato de que trata o § 1º, a margem de tolerância será de duas decigramas por litro de sangue para todos os casos.

§ 3º Na hipótese do § 2o, caso a aferição da quantidade de álcool no sangue seja feita por meio de teste em aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro), a margem de tolerância será de um décimo de miligrama por litro de ar expelido dos pulmões.

A parte autora foi autuada, em 20/09/2015, ou seja, enquanto vigente a Resolução do CONTRAN nº 432/2013, que prevê no anexo I que a medida 0,06 será considerada 0,02 mg/L, pois deve haver o desconto do erro máximo admissível.

Com efeito, o artigo 6º da Resolução do CONTRAN nº 432/206 prevê que:

"A infração prevista no art. 165 do CTB será caracterizada por:

(...)

II teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,05 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,05 mg/L), descontado o erro máximo admissível nos termos da Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro constante no Anexo I; "

Verifica-se nos documentos de fls. 08/09 que o índice encontrado atinge a marca de 0,02 mg/l e a autoridade, ao lavrar a infração, considerou o valor de 0,06 mg/l, sendo, portanto, indevida a autuação.

Assim, resta descaracterizada a infração imputada pelo agente, devendo ser



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

afastada a penalidade imposta.

Consta no documento juntado pelo requerido (fls. 40), a baixa da multa por pagamento.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I do CPC e PROCEDENTE o pedido, para o fim de declarar nulo o Auto de Infração AIT nº AIT nº 1H315906-2, bem como para condenar o requerido a repetir em favor do autor o valor pago da multa, o qual deverá ser corrigido monetariamente pela Tabela de Atualização de Débitos do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo para débitos da Fazenda Pública, desde a data de seu pagamento indevido (Súmula 162 STJ), com juros de mora a contar a partir da citação e na formada Lei nº 11.960/2009.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

**P. I.**

São Carlos, 28 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**